

LUANA PASCHOAL

# O JUIZ E A APLICAÇÃO DA PENA:

Análise Doutrinária,  
Jurisprudencial e Deontológica

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2014

Copyright © 2014 by Luana Paschoal

Categoria: Direito Penal

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: José Roberto dos Santos Lima

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

P279j

Paschoal, Luana.

O juiz e a aplicação da pena : análise doutrinária, jurisprudencial e deontológico / Luana Paschoal. - Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2014.  
255 p. ; 23 cm.

Bibliografia: p. 233-245.

Originalmente apresentada como dissertação do autor (mestrado-Universidade de São Paulo, 2012).

ISBN 978-85-8440-102-4

1. Juízes - Decisões. 2. Juízes – Conduta. 3. Ética judicial. 4. Orientação profissional. 5. Direito penal. I. Título.

CDD – 347.014

# SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO</b> .....	1
<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	5
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>1. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS</b> .....	13
1.1. Ponto de partida .....	13
1.2. A nova concepção de delito: do delito pecado para o delito fato e o primeiro passo para uma maior racionalização do poder de punir .....	18
1.3. O modelo de Luigi Ferrajoli: legalidade não só na previsão dos delitos, mas também na cominação e aplicação das penas .....	19
<b>2. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS PESSOAIS DO ARTIGO 59 DO CÓDIGO PENAL</b> .....	35
2.1. Breves observações introdutórias sobre as finalidades da pena .....	35
2.1.1. Finalidade retributiva da pena (teorias absolutas) .....	37
2.1.2. Finalidade preventiva da pena (teorias relativas) .....	39
2.1.2.1. Prevenção geral negativa .....	40
2.1.2.1.1. Prevenção geral positiva .....	44
2.1.2.2. Prevenção especial .....	47
2.1.2.2.1. Prevenção especial negativa .....	47
2.1.2.2.2. Prevenção especial positiva .....	48
2.1.3. Teoria eclética (ou unitária) .....	55
2.1.4. Teorias abolicionistas e teoria agnóstica .....	56
2.2. A contribuição de Luigi Ferrajoli da razão (finalidade preventiva) e do como punir (de modo retributivo) .....	59
2.3. Finalidades da pena e sua individualização no ordenamento jurídico brasileiro .....	61
2.4. Conduta social.....	69
2.5. Personalidade.....	86
<b>3. Análise de julgados sobre antecedentes, conduta social e personalidade na Jurisprudência Brasileira</b> .....	103

3.1. Análise da Súmula 444 do Superior Tribunal de Justiça .....	103
3.2. Análise do impacto da Súmula 444 do STJ nas decisões do Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Regional Federal da 3ª Região de São Paulo e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. ....	109
3.2.1. Decisões do Superior Tribunal de Justiça .....	109
3.2.2. Decisões do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.....	111
3.2.3. Decisões do Tribunal de Justiça de São Paulo .....	121
3.3. Análise de julgados com o fim de verificar o que se considera como personalidade e conduta social para fins de aplicação da pena-base acima do mínimo legal.....	125
3.3.1. Decisões do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.....	125
<b>4. O JULGADOR</b> .....	155
4.1. Uma educação com liberdade para alcançar a integração.....	166
4.2. Conhecer o outro exige que primeiro conheça-te a ti mesmo.....	188
4.3. Formação jurídica .....	205
<b>CONCLUSÃO</b> .....	231
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	233